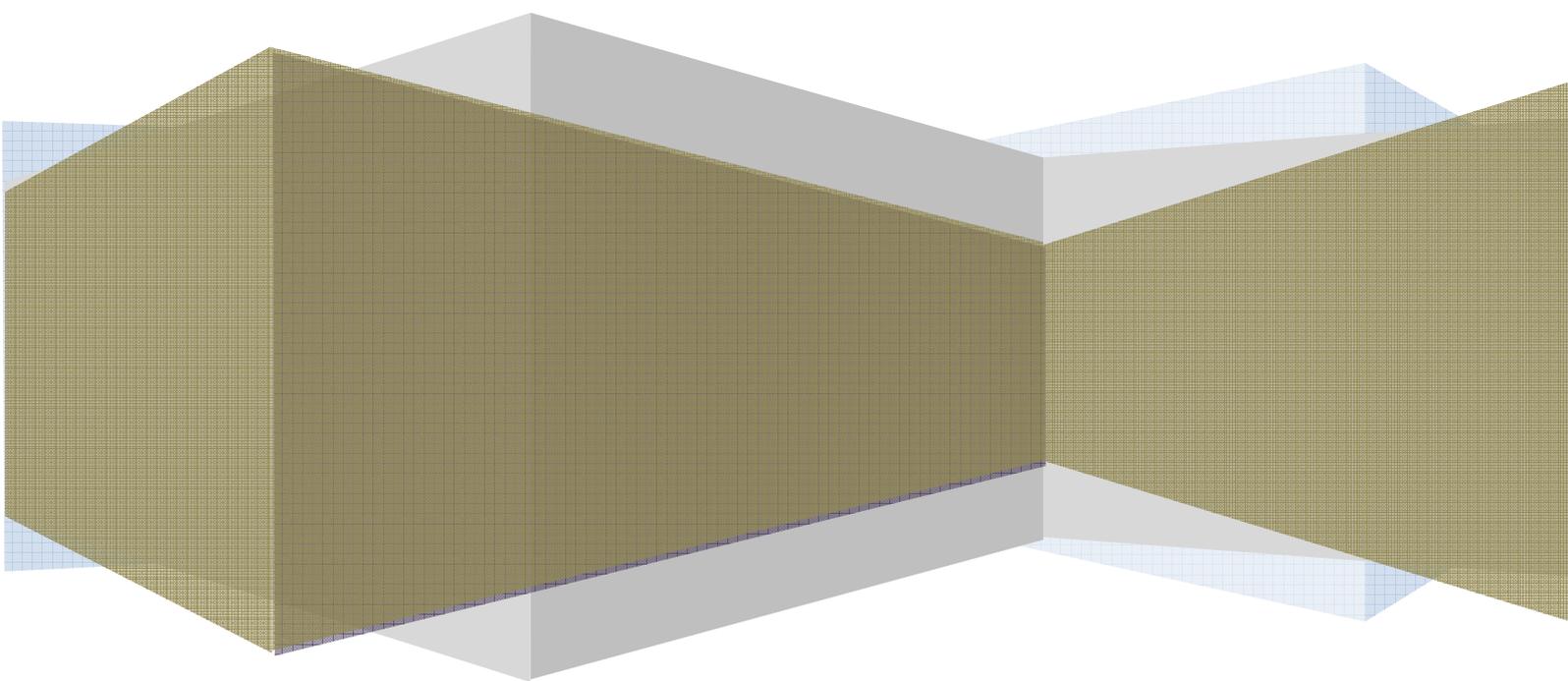




Município de S. Pedro do Sul

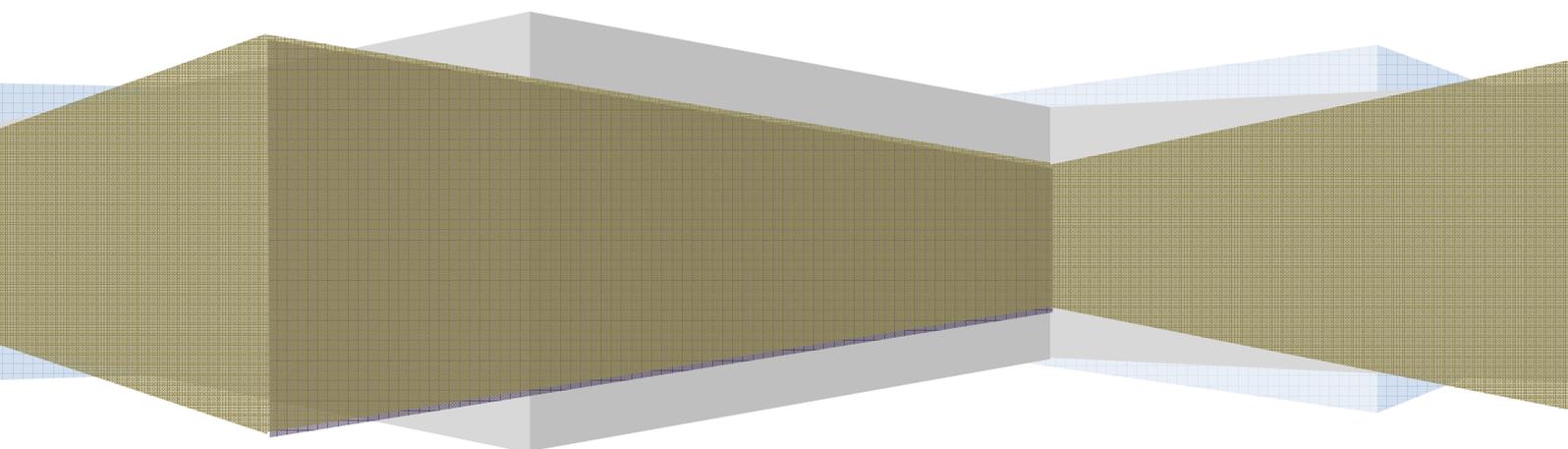
PRESTAÇÃO DE
CONTAS CONSOLIDADAS

Exercício de 2015



Os documentos de prestação de contas consolidadas incluem:

- Relatório de Gestão Consolidado
- Balanço Consolidado
- Demonstração de Resultados Consolidada
- Mapa de Fluxos de Caixa Consolidados
- Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas





Município de S. Pedro do Sul

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

Exercício de 2015

Índice

1. Enquadramento.....	3
2. Entidades participadas	3
3. Perímetro de Consolidação	4
4. Métodos de Consolidação.....	6
5. Análise das Demonstrações Financeiras Consolidadas.....	6
5.1. Balanço Consolidado	6
5.2. Demonstração de Resultados Consolidada.....	9
5.4. Mapa de Fluxos de Caixa Consolidados de Operações Orçamentais.....	11
6. Dívida Consolidada	12
7. Indicadores Económico-Financeiros.....	13
8. Factos Relevantes Após o Termo do Exercício.....	15

1. Enquadramento

Em resultado da transferência de competências da Administração Central para as Autarquias e da densificação das atribuições legalmente associadas a este nível da administração pública, verificou-se ao longo dos últimos anos uma profunda alteração dos paradigmas da gestão local. Entre diversas alterações nas medidas e nas metodologias adotadas pelos responsáveis autárquicos, tornou-se comum o recurso a diversas formas de organização empresarial, quer através da participação em sociedades ligadas às suas áreas de atuação, quer através da criação de empresas para prosseguirem algumas das suas responsabilidades, procurando maior agilidade e autonomia em domínios onde estas se revelaram essenciais. Por este motivo, a análise das contas individuais dos municípios passou a ser insuficiente para se obter uma visão global da situação patrimonial e financeira de uma autarquia, tornando-se essencial a prestação de contas consolidadas, numa ótica de grupo municipal.

Assim, em cumprimento do disposto no Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, a Câmara Municipal de S. Pedro do Sul apresenta o Relatório de Gestão Consolidado referente ao exercício de 2015, no qual são relatados e interpretados os dados mais importantes das demonstrações financeiras consolidadas, elaboradas à luz dos princípios e regras do referido regime financeiro e adotando os procedimentos, métodos e documentos definidos na Orientação n.º 01/2010, aprovada pela Portaria n.º 474/2010, de 15 de junho. Na elaboração destes documentos foram ainda seguidas as recomendações do Subgrupo de Apoio Técnico à Aplicação do POCAL (SATAPOCAL).

2. Entidades participadas

O Município de S. Pedro do Sul detém participações em entidades de diversa natureza de acordo com o quadro seguinte:

Quadro 1 - Entidades Participadas

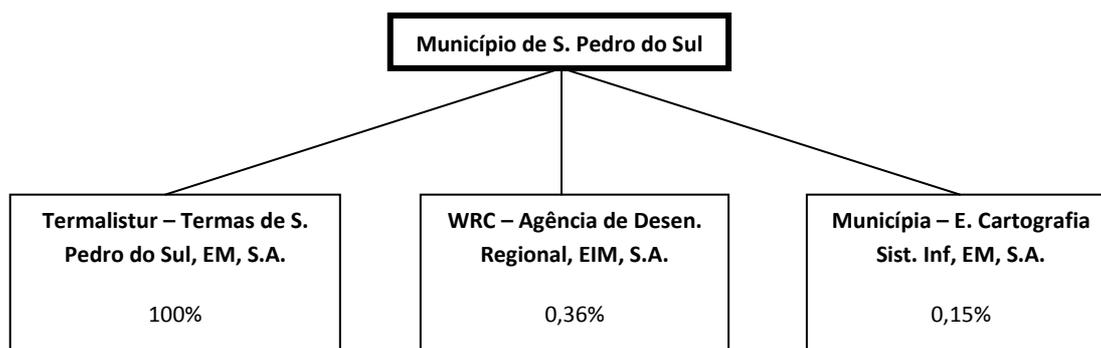
Identificação da Entidade	NIF	Participação	
		Valor (€)	%
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	501627413	N.A.	0,32
ADRMAG - Ass. Rural Int. Serras de Montemuro, Arada e Gralheira	502753943	N.A.	13,61
AMRPB - Associação de Municípios da Região Planalto Beirão	502788283	N.A.	5,68
Beiragás - Companhia de Gás das Beiras, SA	504355660	5.000	0,04
Município – Emp. Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A.	504475606	4.985	0,15
WRC - Web Para A Região Centro, Ag. Desenv. Regional, S.A.	506053628	5.000	0,36
Termalistur – Termas de S. Pedro do Sul, E.M., S.A.	506817997	4.559.379	100
Comunidade Intermunicipal da Região Dão-Lafões (CIMRDL)	508047790	N.A.	8,17
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Lafões, CRL	501090673	500	0
Associação de Desenvolvimento Dão Lafões e Alto Paiva	503484580	5.911	11,26
Fundo de Apoio Municipal	513319182	715.617	0,22

Para efeitos de consolidação de contas, não é considerado o universo das entidades participadas pelo município, sendo o grupo autárquico constituído de acordo com as regras definidas na Lei n.º 73/2013.

3. Perímetro de Consolidação

De acordo com o estabelecido no artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, os municípios apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas, integrando o grupo autárquico, para além do município enquanto entidade consolidante, as entidades controladas, de forma direta ou indireta, de acordo com os critérios estabelecidos nos n.ºs 4 e 5 do referido artigo. Para além destas, nos termos do n.º 6 do mesmo artigo, devem ainda ser consolidadas, na proporção da participação ou detenção, as empresas locais que, de acordo com o artigo 7.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, integrem o setor empresarial local e os serviços intermunicipalizados, independentemente da percentagem de participação ou detenção do município.

De acordo com estes critérios, o perímetro de consolidação é o seguinte:



De acordo com o atual regime financeiro, o Município de S. Pedro do Sul apresenta contas consolidadas com a empresa local Termalístur, criada e detida a 100% por este, e com outras duas empresas do setor empresarial local nas quais detém participações muito pouco relevantes, que se descrevem resumidamente:

Termalístur – Termas de S. Pedro do Sul, E.M., S.A.

Foi criada em 2004 pelo município, que detém 100% do capital, com o objetivo de conferir autonomia e flexibilidade à gestão dos balneários termais e à prestação de serviços de termais, competindo-lhe assegurar todas as atividades ligadas diretamente ao termalismo, assim como, importantes atividades conexas associadas ao turismo local e regional.

WRC – Web para a Região Centro, Agência de Desenvolvimento Regional, E.I.M., S.A.

Foi constituída em 2002 com o principal objetivo de intervir e desenvolver ações ligadas à sociedade da informação e às novas tecnologias, resultando de uma iniciativa da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro à qual aderiram diversos municípios, duas universidades e um conjunto de empresas de base tecnológica.

Município – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A.

Foi criada em 1999 por impulso do Município de Oeiras com o objetivo de dar resposta às necessidades das autarquias em matéria de planeamento, ordenamento do território e desenvolvimento de soluções e sistemas de informação geográfica, sendo hoje uma referência no mercado de cartografia, fotografia aérea e geolocalização.

4. Métodos de Consolidação

Tendo em conta que o n.º 8 do art. 75.º da Lei n.º 73/2013 refere que os procedimentos, métodos e documentos contabilísticos para a consolidação de contas dos municípios, são os definidos para as entidades do setor público administrativo, devem ter-se em consideração os métodos definidos no ponto 6.5 da Orientação n.º 1/2010, que refere, resumidamente o seguinte:

- a) Método da simples agregação - aplica-se quando, na ausência de qualquer participação no capital das entidades consolidadas, se verifica um efetivo controlo administrativo por parte da entidade consolidante.
- b) Método de consolidação integral - aplica-se quando a entidade consolidante detém uma participação superior a 50% dos direitos de voto dos titulares do capital da entidade controlada.
- c) Método de equivalência patrimonial - aplica-se quando uma entidade pertencente ao grupo público exerça influência significativa sobre a gestão operacional e financeira de uma entidade não incluída no grupo público ou quando não seja aplicável qualquer dos métodos referidos nas alíneas anteriores.

De acordo com as regras estabelecidas, foram adotados os seguintes métodos:

- Termalístur – Termas de S. Pedro do Sul, EM, S.A. ⇒ **Consolidação Integral**;
- WRC – Agência de Desen. Regional, EIM, S.A. ⇒ **Equivalência Patrimonial**;
- Municípia – Emp. Cartografia e Sist. Inform. EM, S.A. ⇒ **Equivalência Patrimonial**.

5. Análise das Demonstrações Financeiras Consolidadas

5.1. Balanço Consolidado

O balanço consolidado evidencia todos os bens, direitos e obrigações do grupo municipal com referência ao final do exercício de 2015. De acordo com os métodos de consolidação aplicados, este mapa resulta da integração (agregação) dos elementos do ativo, fundos próprios e passivo da entidade consolidante – município - e da principal entidade consolidada – Termalístur,

depois de realizados os ajustamentos de consolidação necessários relativos, essencialmente, à eliminação de operações recíprocas e registos entre entidades do perímetro.

Nos ajustamentos de consolidação estão também refletidas as variações do valor contabilístico das partes de capital detidas pela entidade consolidante nas entidades consolidadas através do método de equivalência patrimonial, em proporção da respetiva participação, que se traduzem apenas em movimentos nas rubricas de investimentos financeiros e resultados, não existindo qualquer reflexo direto das rubricas dos balanços destas entidades nas rubricas do balanço consolidado.

Quadro 2 - Resumo do Balanço Consolidado

Designação	Mun SPS	Termalistrur	Ajustamentos	Consolidado	
				2015	2014
Ativo:					
Imobilizado líquido	49.499.790,01	14.721.171,41	-3.190.842,30	61.030.119,12	62.102.206,81
Existências	167.749,32	137.667,00		305.416,32	309.729,22
Dívidas de terceiros -m/l prazo	0,00	0,00		0,00	0,00
Dívidas de terceiros -c. prazo	1.297.127,29	334.391,09	-594.646,15	1.036.872,23	1.056.426,72
Títulos negociáveis	0,00	0,00		0,00	0,00
Depósitos em inst. financ. e caixa	480.712,32	23.574,03		504.286,35	667.158,91
Acréscimos e diferimentos	1.903.866,48	120.760,56		2.024.627,04	2.038.098,19
Total do Ativo	53.349.245,42	15.337.564,09	-3.785.488,45	64.901.321,06	66.173.619,85
Fundos Próprios e Passivo:					
Património	36.244.087,29	4.559.379,00	-4.559.379,00	36.244.087,29	35.633.180,09
Reservas	852.380,34	27.783,20		880.163,54	806.725,41
Resultados transitados	-4.168.933,45	-1.545.039,08	1.378.607,25	-4.335.365,28	-5.318.674,43
Resultado líquido do exercício	859.678,37	7.394,51		857.002,33	1.019.256,39
Provisões para riscos e encargos	109.816,35	0,00		109.816,35	110.469,40
Dívidas a terceiros -m/l prazo	3.714.663,24	8.948.331,95		12.662.995,19	13.880.808,47
Dívidas a terceiros -c. prazo	3.920.000,71	3.042.269,68	-594.646,15	6.367.624,24	7.772.262,45
Acréscimos e diferimentos	11.817.552,57	297.444,83		12.114.997,40	12.269.592,07
Total de Fundos Próprios e Passivo	53.349.245,42	15.337.564,09	-3.775.417,90	64.901.321,06	66.173.619,85
Peso no Total dos Balanços	77,67%	22,33%			

De acordo com o mapa consolidado, confirma-se o elevado peso das componentes provenientes das contas do Município de S. Pedro do Sul, que, no valor agregado, representam

quase 78% do total do ativo e dos fundos próprios e passivo, tendo esta influencia aumentado em 2015, em comparação com os valores obtidos no ano anterior. O valor global do balanço totaliza agora 64,901 milhões de euros, registando um decréscimo na ordem dos 2%.

Na estrutura do ativo consolidado, verificou-se uma redução dos valores de todas as suas componentes, destacando-se a diminuição do valor do imobilizado em quase 2%, como consequência de uma diminuição destas contas em ambas as entidades consolidadas. Apesar desta variação, o peso do imobilizado no total do ativo permanece elevado, representando 94% destes valores, já que compreende todos os bens detidos pelas entidades para suportar as suas atividades regulares. Ainda no ativo, evidencia-se também a redução das dívidas de terceiros, na ordem dos 2%, que é compensada pela redução dos valores registados nas contas de depósitos em instituições financeiras e caixa. As restantes rubricas registaram, conforme foi já referido, variações em proporção equivalente à das contas agora mencionadas, não se tendo verificado qualquer acontecimento que impusesse uma alteração significativa dos saldos que as compõem.

No passivo, verificou-se também uma diminuição das suas contas principais, com destaque para as dívidas a terceiros de curto prazo, cujos saldos decresceram cerca de 18%, ou seja, 1,4 milhões de euros em termos absolutos, beneficiando de uma variação significativa registada nas contas do município. No mesmo sentido ainda que com menor variação relativa, as rubricas de dívidas a terceiros de médio e longo prazos registaram um decréscimo de perto de 9%, que, em termos absolutos, significa uma redução de cerca de 1,2 milhões de euros. As restantes rubricas do passivo apresentaram também variações no mesmo sentido, mas com menor significado.

Relativamente às contas que compõem os fundos próprios, e tendo em conta a natureza das entidades, em especial da entidade consolidante, confirmou-se o elevado peso do valor do património, que representa 56% do valor global dos fundos próprios e passivo, registando em 2015 um crescimento de quase 2%. O valor dos resultados transitados registou também uma melhoria, na ordem dos 18%, devido ao efeito da incorporação do resultado do exercício do ano anterior. O resultado líquido do exercício atingiu os 857 mil euros, sendo inferior em cerca de 16% em relação ao valor obtido em 2014, atendendo às diversas variações das contas que compõem a demonstração de resultados.

5.2. Demonstração de Resultados Consolidada

Com base nos mesmos critérios que foram adotados no balanço, a demonstração de resultados consolidada resulta da integração dos elementos das demonstrações de resultados individuais do Município e S. Pedro do Sul e da Termalístur, depois de efetuados os devidos ajustamentos e eliminados os registros relativos a movimentos entre estas entidades, permitindo a obtenção da situação numa ótica de grupo. Nos ajustamentos efetuados estão incluídos os lançamentos relativos à aplicação do método de equivalência patrimonial às entidades participadas WRC e Município, mais precisamente, o impacto nos custos e proveitos das variações nas valorizações das respetivas participações financeiras.

Quadro 3 - Resumo da Demonstração de Resultados Consolidada

Designação	Mun SPS	Termalístur	Ajustamentos	Consolidado	
				2015	2014
Custos e Perdas:					
CMVMC	109.833,74	54.555,36		164.389,10	171.921,68
Fornecimentos e serviços externos	3.110.156,39	2.070.010,47	-780.231,43	4.399.935,43	4.376.549,38
Custos com pessoal	6.131.890,91	1.668.371,86		7.800.262,77	8.023.997,18
Transferências e subs. conced.	616.437,88	0,00	-10.496,70	605.941,18	213.442,73
Amortizações do exercício	3.214.369,19	600.704,91		3.815.074,10	3.755.077,66
Provisões do exercício	16.616,03	0,00		16.616,03	38.500,00
Outros custos e perdas operacionais	59.216,90	64.786,54		124.003,44	138.885,89
Custos e perdas financeiras	107.344,35	209.726,94	494,10	317.565,39	393.711,69
Custos e perdas extraordinárias	484.840,55	1.286,61	-1.749,50	484.377,66	340.019,88
Total de Custos e Perdas	13.850.705,94	4.669.442,69	-791.983,53	17.728.165,10	17.452.106,09
Proveitos e Ganhos:					
Vendas e prestações de serviços	1.134.550,92	4.284.247,76	-5.500,23	5.413.298,45	5.371.558,23
Impostos e taxas	2.198.867,56	0,00	-2.718,77	2.196.148,79	2.083.826,25
Proveitos e ganhos suplementares	0,00	152.074,02	-10.496,70	141.577,32	53.162,12
Transferências e subsídios obtidos	8.254.735,60	132.670,67		8.387.406,27	8.189.309,19
Outros proveitos e ganhos oper.	2.030.805,11	32.449,78	-773.226,96	1.290.027,93	1.373.877,21
Proveitos e ganhos financeiros	8,02	0,00		8,02	448,43
Proveitos e ganhos extraordinários	1.091.417,10	78.472,35	-10.111,42	1.159.778,03	1.408.929,77
Total de Proveitos e Ganhos	14.710.384,31	4.679.914,58	-802.054,08	18.588.244,81	18.481.111,20
Resultados Operacionais	360.438,15	143.013,09	-1.214,53	502.236,71	353.358,48
Resultados Financeiros	-107.336,33	-209.726,94	-494,10	-317.557,37	-393.263,26
Resultados Correntes	253.101,82	-66.713,85	-1.708,63	184.679,34	-39.904,78
<i>Imposto sobre rend. exercício</i>	0,00	3.077,38	0,00	3.077,38	21.632,80
Resultado Líquido do Exercício	859.678,37	7.394,51	-10.070,55	857.002,33	1.007.372,31

Após as operações de consolidação, os custos e perdas do exercício totalizaram 17,728 milhões de euros, tendo aumentado em relação ao ano transato cerca de 1,6%. Na estrutura de custos do grupo, sobressai o elevado peso do município, uma vez que a sua situação individual representa cerca de 75% da situação final consolidada. Nos custos operacionais, destaca-se, à semelhança dos anos anteriores, o valor dos custos com pessoal, que totalizaram cerca de 7,8 milhões de euros e representam perto de 46% dos custos operacionais e cerca de 44% do total de custos e perdas. Apesar da sua importância no total, os custos desta natureza registaram uma diminuição de cerca de 3% em relação aos valores de 2014. As rubricas de fornecimentos serviços externos e de amortizações do exercício apresentaram também montantes relevantes na estrutura de resultados, com valores na ordem dos 4,4 milhões de euros e 3,815 milhões de euros, respetivamente, alcançando, em conjunto, um peso de 46% do total de custos e perdas.

Os custos e perdas financeiros e extraordinários apresentaram, na situação do grupo, montantes significativamente reduzidos quando comparados com as rubricas operacionais, destacando-se, porém, a diminuição verificada nos custos e perdas financeiros, próxima dos 20%, e o aumento considerável, em termos relativos, dos custos e perdas extraordinários, que foi superior a 40%.

Os proveitos e ganhos apurados numa ótica de consolidação totalizaram 18,588 milhões de euros, tendo registado um ligeiro aumento, inferior a 1%, em relação aos valores do ano anterior. Na estrutura de proveitos consolidados, o município é responsável também por cerca de 75% do valores obtidos, enquanto que cerca de 25% destes provêm das demonstrações da Termalístur. Das rubricas de proveitos operacionais evidencia-se a importância das transferências e subsídios obtidos, que somaram 8,387 milhões de euros, representando mais de 45% do total das rubricas operacionais, provenientes, na sua quase totalidade, das contas individuais do município. No conjunto dos proveitos operacionais, destaca-se igualmente o valor das vendas e prestações de serviços, na ordem dos 5,413 milhões de euros, que resultam, em grande, parte, da atividade operacional da Termalístur, na qual os serviços ligados ao termalismo assumem uma importância determinante.

No exercício em apreço, os proveitos e ganhos financeiros registaram valores muito reduzidos, face à inexistência de movimentos relevantes associados a estas contas em ambas as entidades agregadas. Já os proveitos e ganhos extraordinários apresentaram valores mais elevados, na ordem dos 1,160 milhões de euros, tendo, contudo, registado uma redução na

ordem dos 18% face aos valores de 2014, como consequência, em grande parte, da diminuição registada nas contas do município,

Conforme foi já referido, o resultado líquido do exercício consolidado foi de 857 mil euros, tendo diminuído cerca de 16%, em resultado de um decréscimo dos resultados individuais das entidades agregadas.

5.4. Mapa de Fluxos de Caixa Consolidados de Operações Orçamentais

O mapa de fluxos de caixa consolidados é um documento que sintetiza a execução orçamental do grupo municipal, articulando e equilibrando os recebimentos e os pagamentos efetuados pelo município e pela Termalitur, com exceção das operações de tesouraria. Na composição deste mapa não são incluídos os movimentos das entidades cujas contas são consolidadas através do método de equivalência patrimonial – Município e WRC – face à reduzida materialidade dos agregados (na proporção da participação) destas entidades e uma vez que neste método, ao contrário do método de consolidação integral, não se efetua, nas restantes demonstrações financeiras, a integração ou a soma dos elementos das contas individuais, mantendo-se, assim, a coerência entre os mapas.

Quadro 4 - Fluxos de Caixa Consolidados

Operações orçamentais

Designação	Valor (€)	Peso
Saldo da Gerência Anterior	240.051,82	
Receitas Orçamentais	19.249.683,22	
Correntes	17.322.243,66	89,99%
Capital	1.927.439,56	10,01%
Outras	0,00	0,00%
Despesas Orçamentais	19.364.823,19	
Correntes	14.151.341,76	73,08%
Capital	5.213.481,43	26,92%
Saldo para a Gerência Seguinte	124.911,85	

Em resultado dos movimentos financeiros ocorridos nas entidades referidas, durante o ano 2015, as receitas orçamentais totalizaram cerca de 19,250 milhões de euros, dos quais cerca de 90% assumiram a natureza corrente, enquanto que aproximadamente 10% respeitaram a movimentos de capital. Do lado das despesas, os valores foram semelhantes e atingiram os 19,365 milhões de euros, registando-se também uma diferença acentuada na distribuição entre naturezas, já que os pagamentos correntes representaram cerca de 73% do total, enquanto que apenas 27% do valores pagos se referiram a despesas de capital.

Importa referir que os fluxos internos (entre as duas entidades) excluídos dos agregados apresentados totalizaram cerca de 152 mil euros, relacionados com contrapartidas financeiras, aquisições de bens e serviços e diversas taxas municipais suportadas. A este respeito, deve ainda salientar-se que, na construção deste mapa, não foram excluídos os fluxos resultantes do recebimento antecipado de contrapartidas financeiras que foram objeto de cessão de créditos a instituição financeira, ao abrigo de contrato celebrado pelo município em dezembro de 2015, no valor de 387.648,60 euros, uma vez que não houve reciprocidade nos movimentos e os recebimentos foram concretizados através da instituição envolvida (cessionária).

6. Dívida Consolidada

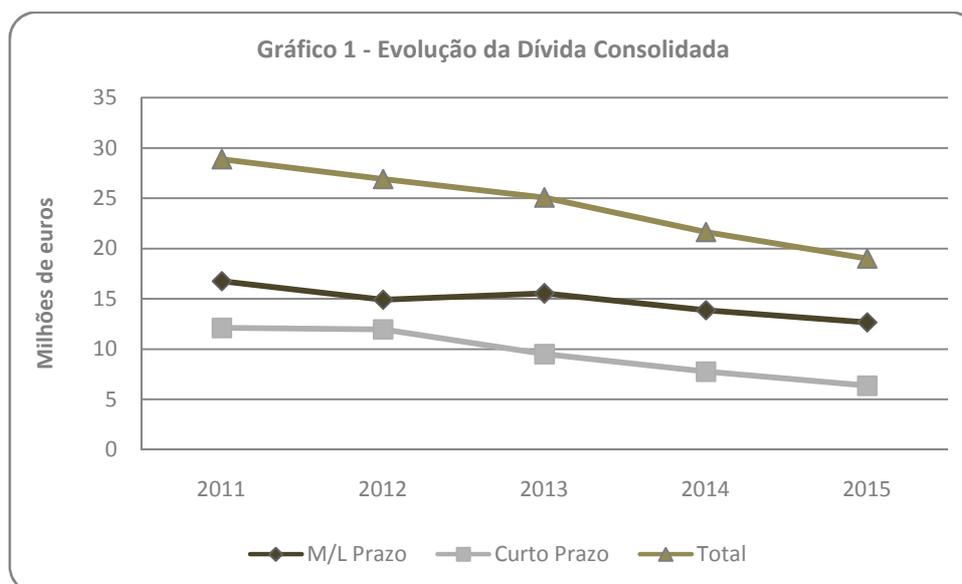
Um dos principais objetivos da gestão das entidades que formam o grupo municipal - município e Termalístur - centrou-se na manutenção da trajetória de consolidação económica e financeira, que se considera fundamental para a manutenção do nível de atividade adequado, de forma contínua e sustentada, já que a redução da dívida permite a libertação de recursos para o cumprimento dos objetivos estratégicos definidos.

No final do exercício de 2015, a dívida total consolidada somava 19,031 milhões de euros, inferior em cerca de 12% em relação ao valor registado no ano anterior. Para esta redução contribuiu a variação, tanto das dívidas de curto prazo, que registaram um valor de 6,368 milhões de euros e uma redução na ordem de 18%, como das dívidas de médio/longo prazo, que totalizaram 12,663 milhões de euros, sendo inferiores ao valor de 2014 em cerca de 9%.

Quadro 5 - Evolução da Dívida Consolidada

Designação	2011	2012	2013	2014	2015
M/L Prazo	16.762.735,91	14.932.687,56	15.549.714,93	13.880.808,47	12.662.995,19
Curto Prazo	12.113.124,63	11.980.658,09	9.516.933,56	7.772.262,45	6.367.624,24
Total	28.875.860,54	26.913.345,65	25.066.648,49	21.653.070,92	19.030.619,43
Variação anual	-4%	-7%	-7%	-14%	-12%

Da análise da evolução da dívida consolidada nos últimos 5 exercícios, confirma-se a tendência de redução já referida, uma vez que os valores totais registaram uma trajetória de redução progressiva e praticamente contínua. No exercício de 2015, a redução verificada, na ordem dos 12%, corresponde a uma redução das dívidas a terceiros superior a 2,6 milhões de euros, mantendo-se superior à média das variações registadas período analisado.



7. Indicadores Económico-Financeiros

Os indicadores de base patrimonial são muito úteis na análise da evolução da situação económica e financeira das entidades, porém, nas entidades públicas, e no caso especial dos municípios deve ter-se em consideração que as diversas componentes do balanço, em especial o ativo, englobam a valorização de um conjunto de bens e direitos que não podem ser utilizados para solvência de passivos ou para prestação de garantias a terceiros. Por este

motivo, os indicadores apresentados, apesar de permitirem uma análise importante da situação consolidada, devem ser interpretados com as devidas reservas.

Quadro 6 - Indicadores Económico-Financeiros

Designação	Rácio	2014	2015
Coeficiente de Solvabilidade	Fundos Próprios / Passivo	94%	108%
Autonomia Financeira	Fundos Próprios / Ativo Total	49%	52%
Liquidez Geral	Circulante / Passivo de Curto Prazo	26%	29%
Grau de Dependência do M/L Prazo	Dívida M/L Prazo / Ativo Total	21%	20%
Endividamento	Dívidas a terceiros / Fundos Próprios + Passivo	33%	29%

Os resultados obtidos evidenciam uma melhoria da situação do grupo municipal, destacando-se o seguinte:

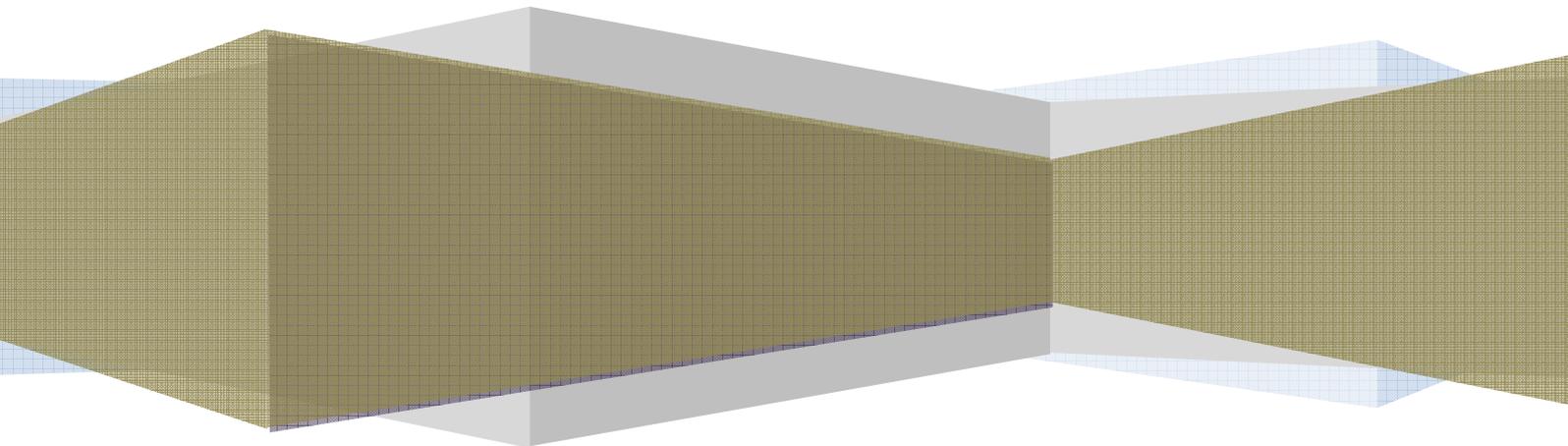
- O coeficiente de solvabilidade ultrapassou os 100%, o que significa que o grupo tem total capacidade para, com os seus próprios meios, satisfazer os compromissos assumidos;
- A autonomia financeira apresenta uma melhoria no exercício em análise, demonstrando que os fundos próprios cobrem uma parte mais significativa do valor dos seus ativos;
- O valor do rácio de liquidez geral também melhorou em relação ao ano anterior, apesar de continuar a revelar uma capacidade limitada para o passivo exigível a curto prazo ser suportado pelos seus ativos mais líquidos;
- O grau de dependência do médio/longo prazo diminuiu, o que demonstra uma tendência de redução da dependência de financiamentos de médio/longo prazos, confirmando a melhoria na autonomia das entidades;
- O nível de endividamento evidencia um peso relativamente reduzido das dívidas a terceiros para a estrutura económica e patrimonial do grupo, evidenciando-se uma melhoria nos valores de 2015.

8. Factos Relevantes Após o Termo do Exercício

Para além dos já referidos nos relatórios individuais, não se verificaram, após o termo do exercício, factos relevantes para a situação consolidada do Município de S. Pedro do Sul.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercício de 2015



Município de São Pedro do Sul

Ano: **2015**

BALANÇO CONSOLIDADO

Unidade: Euros

Código das contas	Activo	Balanço Consolidado 2015			2014
		AB	APA	AL	AL
	Imobilizado:				
	<u>Bens de domínio público:</u>				
451	Terrenos e recursos naturais	18.802,00		18.802,00	18.802,00
452	Edifícios				
453	Outras construções e infra-estruturas	56.431.740,05	31.510.758,70	24.920.981,35	26.786.235,19
455	Bens do património histórico, artístico e cultural				
459	Outros bens de domínio público				
445	Imobilizações em curso de bens de domínio público	3.691.738,69		3.691.738,69	3.346.085,98
446	Adiantamentos por conta de bens do domínio público				
		60.142.280,74	31.510.758,70	28.631.522,04	30.151.123,17
	<u>Imobilizado incorpóreo:</u>				
431	Despesas de instalação	6.564,01	6.564,01		
432	Despesas de Investigação e de desenvolvimento	78.704,73	70.626,52	8.078,21	9.996,20
433	Propriedade industrial e outros direitos	686.256,28	617.520,35	68.735,93	137.451,25
434	Trespases				
443	Imobilizações em curso de imobilizações incorpóreas				
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas				
	<i>Diferenças de consolidação</i>				
		771.525,02	694.710,88	76.814,14	147.447,45
	<u>Imobilizado corpóreo:</u>				
421	Terrenos e recursos naturais	3.451.927,69	0,00	3.451.927,69	2.905.151,46
422	Edifícios e outras construções	29.672.086,14	5.302.981,55	24.369.104,59	24.575.649,02
423	Equipamento básico	4.460.897,23	3.130.923,55	1.329.973,68	1.553.305,56
424	Equipamento de transporte	2.443.446,80	2.179.523,56	263.923,24	160.868,03
425	Ferramentas e utensílios	1.195.284,08	1.040.473,25	154.810,83	156.900,15
426	Equipamento administrativo	2.596.497,91	2.215.611,45	380.886,46	529.711,70
427	Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	
429	Outras imobilizações corpóreas	1.784.119,19	1.149.858,69	634.260,50	641.106,68
442	Imobilizações em curso de imobilizações corpóreas	1.004.077,69	0,00	1.004.077,69	1.264.274,76
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas				
		46.608.336,73	15.019.372,05	31.588.964,68	31.786.967,36
	<u>Investimentos financeiros:</u>				
411	Partes de capital	7.714,40		7.714,40	8.154,15
412	Obrigações e títulos de participações	715.617,20		715.617,20	
413	Empréstimos de financiamento				
414	Investimentos em imóveis				
415	Outras aplicações financeiras	9.486,66		9.486,66	8.514,68
441	Imobilizações em curso de investimentos financeiros				
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros				
		732.818,26		732.818,26	16.668,83
	Circulante				
	<u>Existências:</u>				
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	168.860,70	1.111,38	167.749,32	178.182,72
35	Produtos e trabalhos em curso				
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos				
33	Produtos acabados e intermédios				
32	Mercadorias	137.667,00		137.667,00	131.546,50
37	Adiantamento por conta de compras				
		306.527,70	1.111,38	305.416,32	309.729,22
	<u>Dívidas de terceiros de MLP</u>				

	<u>Dívidas de terceiros de CP:</u>				
28	Empréstimos concedidos e ajust. dívidas a receber				
211	Clientes c/c	216.021,24		216.021,24	43.673,60
212	Contribuintes, c/c	17.571,08		17.571,08	18.492,37
214	Clientes-títulos a receber				
213	Utentes, c/c	101.752,90		101.752,90	78.702,30
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa				
221	Fornecedores c/c			0,00	0,00
25	Devedores e credores pela exec. orçamento				
229	Adiantamento a fornecedores				
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c			0,00	0,00
2619	Adiantamento a fornecedores de imobilizado				
24	Estado e outros entes públicos	339.048,14		339.048,14	267.110,40
264	Administração autárquica				
265	Subscritores de capital				
262+263+267+268	Outros devedores	362.478,87		362.478,87	648.448,05
		1.036.872,23		1.036.872,23	1.056.426,72
	<u>Títulos negociáveis:</u>				
151	Acções				
152	Obrigações e títulos de participações				
153	Títulos da dívida pública				
158	Instrumentos derivados				
159	Outros títulos				
18	Outras aplicações de tesouraria				
		0,00	0,00	0,00	0,00
	<u>Depósitos em instituições financeiras:</u>				
12	Depósitos em instituições financeiras	500.555,46		500.555,46	485.643,93
11	Caixa	3.730,89		3.730,89	4.200,98
13	DGAL / Montantes afetos ao FRM			0,00	177.314,00
		504.286,35		504.286,35	667.158,91
	Acréscimos e Diferimentos:				
271	Acréscimos de proveitos	1.867.537,02		1.867.537,02	1.888.812,29
272	Custos diferidos	157.090,02		157.090,02	149.285,90
		2.024.627,04		2.024.627,04	2.038.098,19
	Total de Amortizações:		47.225.953,01		
	Total de Provisões/Ajustamentos:				
TOTAL DO ACTIVO:		112.127.274,07	47.225.953,01	64.901.321,06	66.173.619,85
	Fundos Próprios e Passivo				
	Fundos próprios:				
51	Património			36.244.087,29	35.633.180,09
521	Acções (quotas) próprias - valor nominal				
522	Acções (quotas) próprias - descontos e prémios				
53	Prestações suplementares				
54	Prémios de emissão de acções (quotas)				
55	Ajustamentos de partes de capital em empresas				
56	Reservas de reavaliação				
571	Reserva legais			727.354,13	671.154,89
572	Reservas estatutárias				
573	Reservas contratuais				
574	Reservas livres			4.248,48	4.248,48
575	Subsídios				
576	Doações			148.560,93	131.322,04
577	Reservas decorrentes da transferência de activos				
59	Resultados transitados			-4.335.365,28	-5.318.674,33

88	Resultado Líquido do exercício		857.002,33	1.019.256,39
89	Dividendos antecipados			
			33.645.887,88	32.140.487,56
292	Passivo: Provisões para riscos e encargos		109.816,35	110.469,40
			109.816,35	110.469,40
	<u>Dívidas a terceiros de MLP</u>			
23121	Empréstimos de MLP		11.948.474,87	13.653.042,93
232	Empréstimos por obrigações			
239	Outros empréstimos obtidos			
221	Fornecedores, c/c			
222	Fornecedores - títulos a pagar			
228	Fornecedores - facturas em recepção e conferência			
2641	Administração Autárquica			
2611+2618	Fornecedores de imobilizado		203.365,12	227.765,54
2612	Fornecedores de imobilizado - títulos a pagar			
262	Pessoal			
263	Sindicatos			
268	Devedores e credores diversos		511.155,20	
			12.662.995,19	13.880.808,47
	<u>Dívidas a terceiros de CP</u>			
23111	Empréstimos de CP		1.235.000,00	1.575.000,00
23129	Empréstimos de MLP a pagar em N+1		1.701.174,26	1.752.259,35
239	Outros empréstimos obtidos			
269	Adiantamentos por conta de vendas			
221	Fornecedores, c/c		1.651.421,06	1.728.663,23
222	Fornecedores - títulos a pagar			
228	Fornecedores - facturas em recepção e conferência		468.492,11	846.346,13
24	Estado e outros entes públicos		131.095,01	115.748,05
252	Credores pela execução do orçamento			
2611+2618	Fornecedores de imobilizado		368.770,10	893.165,56
2612	Fornecedores de imobilizado - títulos a pagar			
264	Administração autárquica		5.500,00	61.136,16
217	Clientes e utentes c/ cauções			
219	Adiantamento de clientes, contribuintes e utentes			
262+263+267+268	Outros credores		806.171,70	799.943,97
			6.367.624,24	7.772.262,45
	Acréscimos e Diferimentos:			
273	Acréscimos de custos		1.373.147,06	1.192.988,55
274	Proveitos diferidos		10.741.850,34	11.076.603,52
			12.114.997,40	12.269.592,07
	Total de Passivo:		31.255.433,18	34.033.132,39
	TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS/CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO:		64.901.321,06	66.173.619,95

Município de São Pedro do Sul

Ano: 2015

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA POR NATUREZA

Unidade: Euros

Código das contas	Custos e perdas	2015	2014
61	Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	164.389,10	171.921,68
62	Fornecimentos e serviços externos	4.399.935,43	4.376.549,38
64	Custos com pessoal:		
641 + 642	Remunerações	6.177.420,00	6.318.527,38
643 a 648	Encargos sociais	1.622.842,77	1.705.469,80
63	Transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	605.941,18	213.442,73
66	Amortizações e ajustamentos do exercício	3.815.074,10	3.755.077,66
67	Provisões do exercício	16.616,03	38.500,00
65	Outros custos e perdas operacionais	124.003,44	138.885,89
	(A) Custos e perdas operacionais	16.926.222,05	16.718.374,52
68	Custos e perdas financeiros	317.565,39	393.711,69
	(C) Custos e perdas correntes	17.243.787,44	17.112.086,21
691	Transferências de capital concedidos	63.144,23	60.784,59
692	Outros custos e perdas extraordinários	421.233,43	279.235,29
	(E) Custos e perdas do exercício	17.728.165,10	17.452.106,09
86	Imposto sobre o rendimento do exercício	3.077,38	9.748,72
	(E) Custos e perdas + Impostos sobre o rendimento do exercício	17.731.242,48	17.461.854,81
88	Resultado Líquido Consolidado do Exercício (a)	<u>857.002,33</u>	<u>1.019.256,39</u>
		18.588.244,81	
	Proveitos e ganhos		
71	Vendas e prestações de serviços		
711	Vendas de mercadorias	464.866,14	286.166,07
712	Prestações de serviços	4.948.432,31	5.085.392,16
72	Impostos e taxas	2.196.148,79	2.083.826,25
	Varição da produção	0,00	0,00
75	Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00
73	Proveitos suplementares	141.577,32	53.162,12
74	Transferências e subsídios obtidos	8.387.406,27	8.189.309,19
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	1.290.027,93	1.373.877,21
77	Reversões de amortizações e ajustamentos	0,00	0,00
	(B) Proveitos e ganhos operacionais	17.428.458,76	17.071.733,00
78	Proveitos e ganhos financeiros	8,02	448,43
	(D) Proveitos e ganhos correntes	17.428.466,78	17.072.181,43
79	Proveitos e ganhos extraordinários	1.159.778,03	1.408.929,77
	(F) Proveitos e ganhos do exercício	18.588.244,81	18.481.111,20
Resumo:			
	Resultados Operacionais:	502.236,71	353.358,48
	Resultados Financeiros:	-317.557,37	-393.263,26
	Resultados Correntes:	184.679,34	-39.904,78
	Resultado Líquido Consolidado do Exercício:	<u>857.002,33</u>	<u>1.019.256,39</u>

Município de S. Pedro do Sul

Ano: 2015

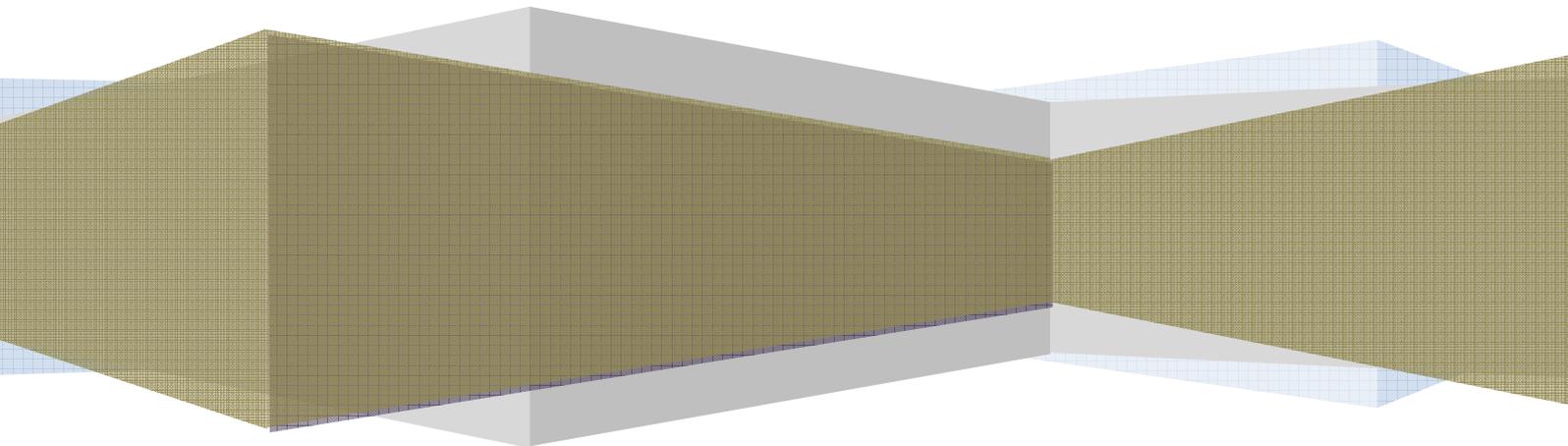
MAPA DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS DE OP. ORÇAMENTAIS

(unidade: Euros)

Recebimentos		Pagamentos	
Designação	Montante	Designação	Montante
Saldo da gerência anterior	240.051,82	Despesas Orçamentais	
		Correntes	14.151.341,76
		Capital	5.213.481,43
Receitas Orçamentais			
Correntes	17.322.243,66		
Capital	1.927.439,56		
Outras	0,00		
		Saldo para a gerência seguinte	124.911,85
Total	19.489.735,04	Total	19.489.735,04

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercício de 2015





Município de São Pedro do Sul

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS – exercício 2015

1 – Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas

1.1 – Entidades incluídas no perímetro de consolidação

A entidade contabilística consolidante é o **Município de São Pedro do Sul**, com o número de identificação de pessoa colectiva 506 785 815.

Tendo em conta o disposto no n.º 6 do artigo n.º 75 da Lei das Finanças Locais n.º 73/2013 de 3 de setembro, a consolidação de contas do Município de São Pedro do Sul abrange a seguinte entidade consolidada:

-Termalistor – Termas de São Pedro do Sul, E.M., S.A. – sociedade anónima de natureza municipal, com capital estatutário no valor de 4.559.379€ (3.320.335,73 em dinheiro e 1.239.043,27 em espécie), totalmente detido pelo Município de S. Pedro do Sul, com o número de identificação de pessoa colectiva 506 817 997 e, sede em Largo Dr. António José de Almeida, Termas, 3660-692 Várzea – SPS.

-Municípa – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, EM, SA – sociedade anónima de natureza intermunicipal, com capital estatutário no valor de 3.236.678,67€, detido, na sua maioria, por autarquias locais, com número de identificação de pessoal coletiva 504 475 606. A percentagem de participação do Município de São Pedro do Sul é 0,15%, equivalente a uma participação de 4.985,01€.

-WRC, Web para a Região Centro- Agência de Desenvolvimento Regional, EIM, SA – sociedade anónima de natureza intermunicipal, com capital estatutário no valor de

1.368.250,00€, detido, na sua maioria, por autarquias locais, com número de identificação de pessoa coletiva 506 053 628. A percentagem de participação do Município de São Pedro do Sul é 0,36%, equivalente a uma participação de 5.000,00€.

1.2 – Outras entidades participadas excluídas do perímetro de consolidação

O Município de S. Pedro do Sul participa ainda nas seguintes entidades:

Descrição da Entidade Participada	NIF	Tipo de Entidade	Capitais Próprios	Capitais Sociais	Valor da Participação	% da Participação
Termalístur - Termas de São Pedro do Sul, E.M., S.A.	506817 997	ES	3.188.071,46	4.559.379,00	4.559.379,00	100,00
Município, E.M., S.A.	504475 606	ES	3.352.799,46	3.236.678,67	4.985,01	0,15
WRC - Agência de Desenvolvimento Regional	506053 628	ES	591.132,06	1.368.250,00	5.000,00	0,36
Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões	508047 790	NS	624.958,93	603.183,85	0,00	8,17
Caixa de Crédito Agrícola Mútua de S.P.S.	501090 673	ES	8.875.747,00	8.107.790,00	500,00	0,000058
Beiragás - Companhia de Gás das Beiras, S.A.	504355 660	ES	42.454.342,63	11.579.500,00	5.000,00	0,043
ADRMAG - Associação de Desenvolvimento Rural das Serras de Montemuro, Arada e Gralheira	502753 943	NS	583.262,70	149,64	0,00	13,61
A ADDLAP - Associação de Desenvolvimento Dão Lafões e Alto Paiva	503484 580	NS	626.630,08	69.375,00	0,00	11,26
FAM - Fundo de Apoio Municipal	513319 182	ES		650.000.000,00	715.617,20	0,2202
ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses	501627 413	NS	1.965.144,17	0,00	Não aplicável	0,32

2. Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com o previsto na Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, que aprova do regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, e em observância pelas normas e princípios definidos nesta legislação. Foram ainda adotados os procedimentos, métodos e documentos definidos na Orientação n.º 01/2010 aprovada pela Portaria n.º 474/2010, de 15 de junho e seguidas as instruções e recomendações emanadas pelo Subgrupo de Apoio Técnico à Aplicação do POCAL (SATAPOCAL).

Em harmonia com os normativos referidos, e por forma a obter uma imagem verdadeira e apropriada do grupo público, foram efetuados os trabalhos prévios necessários à compatibilização da informação contabilística das várias entidades, nomeadamente, a homogeneização prévia, a eliminação das operações internas e de todos os registos recíprocos. Nos trabalhos de homogeneização, foram convertidas as demonstrações das entidades que aplicam o SNC (Termalitur) para POC e posteriormente para POCAL, efectuando equivalência das respetivas contas.

Face ao trabalho realizado e tendo em consideração o referido nos pontos seguintes do presente documento, em termos gerais, a informação obtida apresenta um grau de fiabilidade razoável.

Posteriormente, foram utilizados os seguintes métodos de consolidação:

- Termalitur – Termas de S. Pedro do Sul, EM, S.A.: **Consolidação Integral**;
- WRC – Agência de Desen. Regional, EIM, S.A.: **Equivalência Patrimonial**;
- Município – Emp. Cartografia e Sist. Inform. EM, S.A.: **Equivalência Patrimonial**.

Tendo em conta o método de consolidação aplicado às participadas **WRC – Agência de Desen. Regional, EIM, S.A.** e **Município – Emp. Cartografia e Sist. Inform. EM, S.A.**, e face à reduzida relevância material destas participação, a informação relativa às entidades consolidadas apresentadas neste documento incidem apenas sobre a Termalitur – Termas de S. Pedro do Sul, EM, S.A..

3. Informações relativas aos procedimentos de consolidação

3.1 – Eliminação das operações recíprocas e dos investimentos financeiros:

Apresenta-se, a seguir, mapa com as operações internas eliminadas:

Município de S. Pedro do Sul:

Movimentos do Exercício – MSPS / fornecedor:

2 - Saldos Transitados de Exercícios Anteriores

Documento			Saldos			
Tipo	N.º	Data	Data de Contabilização	Conta saldo devedor	Conta com saldo credor	Valor (€)
Merch	212R0002 1	31-07-2012	31-07-2012		2281003816	67,00 €
Merch	212R0002 2	10-08-2012	10-08-2012		2281003816	67,00 €
Energia	164	31-12-2014	21-01-2015		268919003816	955,19
Energia	123	22-10-2014	21-01-2015		268919003816	1.748,60
Energia	163	31-12-2014	22-01-2015		268919003816	987,21
Energia	8	20-01-2014	11-02-2014		268919003816	559,65
Energia	17	14-02-2014	11-03-2014		268919003816	284,57
Energia	29	20-03-2014	12-05-2014		268919003816	29,95
Energia	48	19-05-2014	30-05-2014		268919003816	1.205,98
Energia	49	21-05-2014	25-06-2014		268919003816	2.191,44
Energia	59	23-06-2014	30-07-2014		268919003816	1.730,19
Energia	71	22-07-2014	09-09-2014		268919003816	1.259,26
Energia	96	26-08-2014	09-09-2014		268919003816	1.998,84
Energia	125	22-10-2014	11-11-2014		268919003816	1.825,04
						14.909,92 €

Movimentos do Exercício – MSPS / cliente:

Documento			Mov. Económico				Movimento Tesouraria			
Tipo	N.º	Data	Data de Contabilização	Conta debitada	Conta creditada	Valor (€)	Data de Contabilização	Conta debitada	Conta creditada	Valor (€)
Renda	8 - FT 4515	11-08-2014	11-08-2014				24-06-2015	12	26815003816	64.694,36
Renda	9 - FT 4830	03-09-2014	03-09-2014				21-12-2015	12	26815003816	64.694,36
Renda	10 - FT 5612	01-10-2014	01-10-2014				21-12-2015	12	26815003816	64.694,36
Renda	11 - FT 7166	06-11-2014	06-11-2014				21-12-2015	12	26815003816	64.694,36
Renda	12 - FT 7978	01-12-2014	01-12-2014				21-12-2015	12	26815003816	64.694,36
Renda	1 - FT 821	19-01-2015	19-01-2015	26815003816	768010304	64.435,58	21-12-2015	12	26815003816	64.435,58
Renda	2 - FT 1121	02-02-2015	02-02-2015	26815003816	768010304	64.435,58	21-12-2015	12	26815003816	64.435,58
Renda	3 - FT 2379	10-03-2015	10-03-2015	26815003816	768010304	64.435,58	30-12-2015	12	26815003816	64.435,58
Renda	4 - FT 3016	07-04-2015	07-04-2015	26815003816	768010304	258,78	30-12-2015	12	26815003816	258,78
						64.176,80				
Renda	5 - FT 3890	04-05-2015	04-05-2015	26815003816	768010304	64.435,58				
Renda	6 - FT 4767	01-06-2015	01-06-2015	26815003816	768010304	64.435,58				
Renda	7 - FT 5867	15-07-2015	15-07-2015	26815003816	768010304	64.435,58				
Renda	8 - FT 6204	03-08-2015	03-08-2015	26815003816	768010304	64.435,58				
Renda	9 - FT 6562	01-09-2015	01-09-2015	26815003816	768010304	64.435,58				
Renda	10 - FT 7419	01-10-2015	01-10-2015	26815003816	768010304	64.435,58				
Renda	11 - FT 8710	04-11-2015	04-11-2015	26815003816	768010304	64.435,58				
Renda	12 - FT 9503	02-12-2015	02-12-2015	26815003816	768010304	64.435,58				

Taxa / Elevadores	FT 6298	11-08-2015	11-08-2015	213101991	71207020999	46,77	11-08-2015	12	213101991	57,53
					2433131	10,76				
Taxa / Elevadores	FT 6298	11-08-2015	11-08-2015	213101991	71207020999	46,77	11-08-2015	12	213101991	57,53
					2433131	10,76				
Taxa / Elevadores	FT 6298	11-08-2015	11-08-2015	213101991	71207020999	46,77	11-08-2015	12	213101991	57,53
					2433131	10,76				
Transporte	FT 780	16-01-2015	16-01-2015	213101043	71207020904	22,23				
				213101043	2433111	1,33				
				2111199003816	79880012	23,61				
Transporte	FT 1439	11-02-2015	11-02-2015	213101043	71207020904	23,01				
				213101043	2433111	1,38				
				2111199003816	79880012	20,19				
Transporte	FT 3557	17-04-2015	17-04-2015	213101043	71207020904	24,18				
				213101043	2433111	1,45				
				2111199003816	79880012	18,81				
Transporte	FT 5274	17-06-2015	17-06-2015	213101043	71207020904	15,21				
				213101043	2433111	0,91				
				2111199003816	79880012	27,89				
Transporte	FT 5808	10-07-2015	10-07-2015	213101043	71207020904	8,97				
				213101043	2433111	0,54				
				2111199003816	79880012	14,14				
Transporte	FT 6583	01-09-2015	01-09-2015	213101043	71207020904	19,89				
				213101043	2433111	1,19				
				2111199003816	79880012	22,43				
Transporte	FT 9208	24-11-2015	24-11-2015	213101043	71207020904	2.464,97				
				213101043	2433111	147,9				
				2111199003816	79880012	407,9				
						776.667,68 €				517.209,91 €

2 - Saldos Transitados de Exercícios Anteriores

Documento			Saldos			
Tipo	N.º	Data	Data de Contabilização	Conta saldo devedor	Conta com saldo credor	Valor (€)
Portagens	3211	29-05-2014	29-05-2014	2111199003816		7,87
Transporte	FT 6572	23-10-2014	23-10-2014	213101043		12,87
				213101043		0,77
				2111199003816		21,84
Transporte	FT 6575	23-10-2014	23-10-2014	213101043		20,67
				213101043		1,24

				2111199003816		18,11
Transporte	FT 6577	23-10-2014	23-10-2014	213101043		7,80
				213101043		0,47
				2111199003816		12,62
Transporte	FT 6660	23-10-2014	23-10-2014	213101043		29,64
				213101043		1,78
				2111199003816		31,95
Transporte	FT 6740	29-10-2014	29-10-2014	213101043		16,77
				213101043		1,01
				2111199003816		18,02
Transporte	FT 6742	29-10-2014	29-10-2014	213101043		28,08
				213101043		1,68
				2111199003816		66,61
Transporte	FT 6745	29-10-2014	29-10-2014	213101043		17,55
				213101043		1,05
				2111199003816		32,76
Transporte	FT 6746	29-10-2014	29-10-2014	213101043		17,94
				213101043		1,08
				2111199003816		60,70
Transporte	FT 6751	29-10-2014	29-10-2014	213101043		41,73
				213101043		2,50
				2111199003816		36,86
Transporte	FT 7407	11-11-2014	11-11-2014	213101043		21,84
				213101043		1,31
				2111199003816		23,48
Transporte	FT 8281	10-12-2014	10-12-2014	213101043		13,65
				213101043		0,82
				2111199003816		13,46
Transporte	FT 8324	11-12-2014	11-12-2014	213101043		27,30
				213101043		1,64
						615,47 €

Termalitur, EM, SA:

Movimentos do Exercício – Termalitur / cliente:

Documento			Mov. Económico				Movimento Tesouraria			
Tipo	N.º	Data	Data de Contabilização	Conta debitada	Conta creditada	Valor (€)	Data de Contabilização	Conta debitada	Conta creditada	Valor (€)
Energia	8	20-01-2014					20-01-2015		21110006	559,65
Energia	17	14-02-2014					20-01-2015		21110006	284,57
Energia	29	20-03-2014					20-01-2015		21110006	29,95
Energia	48	19-05-2014					20-01-2015		21110006	1.205,98
Energia	49	21-05-2014					20-01-2015		21110006	2.191,44
Energia	59	23-06-2014					20-01-2015		21110006	1.730,19
Energia	71	22-07-2014					20-01-2015		21110006	1.259,26
Energia	96	26-08-2014					20-01-2015		21110006	1.998,84

Energia	125	22-10-2014					20-01-2015		21110006	1.825,04
Dermoc.	123	22-01-2015	22-01-2015		711700	731,71 €	30-04-2015		21110006	900,00
					2433	168,29 €				
Energia	123	22-10-2014					26-01-2015		21110006	1.748,60
Energia	163	31-12-2014					26-01-2015		21110006	987,21
Energia	164	31-12-2014					26-01-2015		21110006	955,19
Energia	8	28-01-2015	28-01-2015		73321	321,93 €	30-04-2015		21110006	395,97
					2433	74,04 €				
Energia	18	20-02-2015	20-02-2015		73321	913,16 €	30-04-2015		21110006	1.123,19
					2433	210,03 €				
Energia	28	17-03-2015	17-03-2015		73321	791,21 €	30-04-2015		21110006	973,19
					2433	181,98 €				
Energia	40	21-04-2015	21-04-2015		73321	1.196,66 €	01-10-2015		21110006	1.471,89
					2433	275,23 €				
Energia	48	27-05-2015	27-05-2015		73321	1.165,15 €	28-10-2015		21110006	1.433,13
					2433	267,98 €				
Energia	55	26-06-2015	26-06-2015		73321	872,75 €	01-10-2015		21110006	1.073,48
					2433	200,73 €				
Energia	66	20-07-2015	20-07-2015		73321	1.265,56 €				
					2433	291,08 €				
Energia	87	25-09-2015	25-09-2015		73321	1.011,49 €				
					2433	232,64 €				
Energia	89	28-09-2015	28-09-2015		73321	707,71 €				
					2433	162,77 €				
Energia	97	13-10-2015	13-10-2015		73321	792,17 €				
					2433	182,20 €				
Energia	108	13-11-2015	13-11-2015		73321	809,75 €				
					2433	186,24 €				
Energia	122	15-12-2015	15-12-2015		73321	649,16 €				
					2433	149,31 €				
Dermoc.	101	15-12-2015	15-12-2015		711700	1.626,02 €				
					2433	373,98 €				
Tratam.	124	31-12-2015	31-12-2015		72112	1.749,50 €				
Tratam.	124	31-12-2015	31-12-2015		72112	1.393,00 €				
					Rendimentos	18.953,43 €				22.146,77 €

2 - Saldos Transitados de Exercícios Anteriores

Documento			Saldos			
Tipo	N.º	Data	Data de Contabilização	Conta saldo devedor	Conta com saldo credor	Valor (€)
Merch	212R00021	31-07-2012	31-07-2012	21110006		67,00 €
Merch	212R00022	10-08-2012	10-08-2012	21110006		67,00 €

Movimentos do Exercício – Termalitur / fornecedor:

Documento			Mov. Económico				Movimento Tesouraria			
Tipo	N.º	Data	Data de Contabilização	Conta debitada	Conta creditada	Valor (€)	Data de Contabilização	Conta debitada	Conta creditada	Valor (€)
Renda	8	08-08-2014					23-06-2015	221110074		64.694,36
Renda	1	01-01-2014	01-01-2014	62219		64.435,58				
Transporte	780	16-01-2015	16-01-2015	62227		47,08				
				24323		0,09				
Renda	2	13-02-2015	13-02-2015	62219		64.435,58				
Transporte	1439	22-02-2015	22-02-2015	62227		44,48				
				24323		0,10				
Renda	3	12-03-2015	12-03-2015	62219		64.435,58	30-12-2015	221110074		64.435,58
Renda	4	07-04-2015	07-04-2015	62219		64.435,58	30-12-2015	221110074		258,78
Transporte	3557	30-04-2015	30-04-2015	62227		44,34				
				24323		0,10				
Renda	5	04-05-2015	04-05-2015	62219		64.435,58				
Renda	6	09-06-2015	09-06-2015	62219		64.435,58				
Transporte	5274	21-06-2015	21-06-2015	62227		43,95				
				24323		0,06				
Renda	7	23-07-2015	23-07-2015	62219		64.435,58				
Transporte	5808	31-07-2015	31-07-2015	62227		23,61				
				24323		0,04				
Renda	8	07-08-2015	07-08-2015	62219		64.435,58				
Taxas	6298	11-08-2015	11-08-2015	63		56,78	11-08-2015	221110074		57,53
				24323		0,75				
Taxas	6299	11-08-2015	11-08-2015	63		56,78	11-08-2015	221110074		57,53
				24323		0,75				
Taxas	6300	11-08-2015	11-08-2015	63		56,78	11-08-2015	221110074		57,53
				24323		0,75				
Transporte	6583	01-09-2015	01-09-2015	62227		43,42				

				24323		0,09				
Renda	9	01-09-2015	01-09-2015	62219		64.435,58				
Renda	10	13-10-2015	13-10-2015	62219		64.435,58				
Renda	11	08-11-2015	08-11-2015	62219		64.435,58				
Renda	12	14-12-2015	14-12-2015	62219		64.435,58				
						773.646,91 €				129.561,31 €

2 - Saldos Transitados de Exercícios Anteriores

Documento			Saldos			
Tipo	N.º	Data	Data de Contabilização	Conta saldo devedor	Conta com saldo credor	Valor (€)
Renda	9	08-09-2014	08-09-2014		221110074	64.694,36
Renda	10	08-10-2014	08-10-2014		221110074	64.694,36
Renda	11	08-11-2014	08-11-2014		221110074	64.694,36
Renda	12	08-12-2014	08-12-2014		221110074	64.694,36
Transporte	3211	06-06-2014	06-06-2014		221110074	7,87
Transporte	6572	31-10-2014	31-10-2014		221110074	35,48
Transporte	6575	31-10-2014	31-10-2014		221110074	40,02
Transporte	6660	31-10-2014	31-10-2014		221110074	63,37
Transporte	6577	15-12-2014	15-12-2014		221110074	20,89
Transporte	6740	15-12-2014	15-12-2014		221110074	35,80
Transporte	6742	15-12-2014	15-12-2014		221110074	96,37
Transporte	6745	15-12-2014	15-12-2014		221110074	51,36
Transporte	6746	15-12-2014	15-12-2014		221110074	79,72
Transporte	6751	15-12-2014	15-12-2014		221110074	81,09
Transporte	7407	15-12-2014	15-12-2014		221110074	46,63
Transporte	8281	17-12-2014	17-12-2014		221110074	27,93
Transporte	8324	23-12-2014	23-12-2014		221110074	28,94
						259.392,91 €

3.2 – Eliminação de investimentos financeiros nas entidades consolidadas

Os procedimentos de eliminação de investimentos financeiros foram seguintes:

Contas	Situação inicial		Movimentos Correção		Situação Consolidada		Descrição
	Valor Débito	Valor Crédito	Débito	Crédito	Valor Débito	Valor Crédito	
41 - Investimento Financeiros	4.574.864,01			4.562.149,61	12.714,40		Anulação do valor da participação da Termalitur, da WRC e da Município
49 - Provisões p/ inv financeiros		1.371.307,31	1.371.307,31				Anulação da provisão efectuada à participação financeira da Termalitur
59 - Resultados transitados	1.380.938,11			1.380.938,11			Anulação da provisão efectuada à participação financeira anterior a 2012, da Termalitur
7962 - Redução de amortizações e provisões_provisões		9.630,80	9.630,80				Redução da provisão efectuada à participação financeira do ano 2015, da Termalitur
7962 - Redução de amortizações e provisões_provisões		54,35	54,35				Redução da provisão efectuada à participação financeira do ano 2015, da Município
6843 - Reforço de provisões	494,10			494,10			Reforço da provisão efectuada à participação financeira do ano 2015, da WRC
	5.955.802,12	1.380.992,46	1.380.992,46	5.943.087,72	12.714,40	0,00	

3.3 – Discriminação das diferenças de consolidação

Para o exercício de 2015, não foram apuradas diferenças de consolidação.

4. Informações relativas ao endividamento de médio e longo prazo

4.1 – Descrição do endividamento de médio e longo prazo consolidado

A situação do endividamento consolidado de médio e longo prazo (alínea d) do n.º 7 do art. 75.º da LFL n.º 73/2013 de 3 de setembro), desagregado por, maturidade e natureza, é a seguinte:

Endividamento consolidado de médio e longo prazo

(unidade: euro)

Designação das Contas	Dívidas a terceiros de Médio/Longo prazo			Eliminação de Créditos e dívidas recíprocas	Grupo Público Consolidado
	Município SPS	Termalístur	Total		
1	2	3	4=2+3	5	6=4-5
Dívidas a instituições financeiras	3.203.508,04	8.744.966,83	11.948.474,87		11.948.474,87
Fornecedores de Imobilizado	0,00	203.365,12	203.365,12		203.365,12
Outros Credores	511.155,20	0,00	511.155,20		511.155,20
TOTAL	3.714.663,24	8.948.331,95	12.662.995,19		12.662.995,19

Endividamento consolidado de curto prazo

(unidade: euro)

Designação das Contas	Dívidas a terceiros de Médio/Longo prazo			Eliminação de Créditos e dívidas recíprocas	Grupo Público Consolidado
	Município SPS	Termalístur	Total		
1	2	3	4=2+3	5	6=4-5
<u>Dívidas a terceiros de CP</u>					
Empréstimos de CP		1.235.000,00	1.235.000,00		1.235.000,00
Empréstimos de MLP a pagar em N+1	978.585,96	722.588,30	1.701.174,26		1.701.174,26
Outros empréstimos obtidos					
Adiantamentos por conta de vendas					
Fornecedores, c/c	1.246.917,67	987.432,96	2.234.350,63	582.929,57	1.651.421,06
Fornecedores - títulos a pagar					
Fornecedores - facturas em recepção e conferência	473.768,61		473.768,61	5.276,50	468.492,11
Estado e outros entes públicos	59.645,90	71.449,11	131.095,01		131.095,01
Credores pela execução do orçamento					

Fornecedores de imobilizado	344.435,14	24.334,96	368.770,10		368.770,10
Fornecedores de imobilizado - títulos a pagar					
Administração autárquica	5.500,00		5.500,00		5.500,00
Clientes e utentes c/ cauções					
Adiantamento de clientes, contribuintes e utentes					
Outros credores	811.147,43	1.464,35	812.611,78	6.440,08	806.171,70
TOTAL	3.920.000,71	3.042.269,68	6.962.270,39	594.646,15	6.367.624,24

Na informação relativa ao endividamento de curto prazo, encontra-se reflectido o valor de 978.585,96€ e 722.588,30€, das entidades Município de São Pedro do Sul e Termalstur, respectivamente, referente a empréstimos de médio e longo prazo, cujo vencimento e respectivo pagamento ocorrerá em 2016.

4.2 – Montante total das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado, e que se vençam nos 4 anos seguintes:

Ano 2016	
Fornecedores c/c	2.234.350,63
Estado e O.E.P.	131.095,01
Dívidas a inst financeiras	2.936.174,26
Fornecedores do imobilizado	368.770,10
Outros credores	812.611,78
Forn em recepção e conf.	473.768,61
Administração Autárquica	5.500,00
Outros empréstimos obtidos	0,00
Total	6.962.270,39
Ano 2017	
Fornecedores	0,00
Estado e O.E.P.	0,00
Dívidas a inst financeiras	1.607.697,71
Fornecedores do imobilizado	24.334,96
Outros credores	102.231,00
Total	1.734.263,67

Ano 2018	
Fornecedores	0,00
Estado e O.E.P.	0,00
Dívidas a inst financeiras	1.383.462,61
Fornecedores do imobilizado	24.336,11
Outros credores	102.231,00
Total	1.510.029,72
Anos seguintes	
Fornecedores	0,00
Estado e O.E.P.	0,00
Dívidas a inst financeiras	8.957.314,55
Fornecedores do imobilizado	154.694,05
Outros credores	306.693,20
Total	9.418.701,80

5. Informações sobre saldos e fluxos financeiros:

Apresenta-se a descrição dos saldos e dos fluxos financeiros _alínea d) do n.º 7 do art.º 75.º, da LFL n.º 73/2013:

Município de SPS / Termalístur, EM, SA										
	<i>Obrigações / Pagamentos</i>					<i>Direitos / Recebimentos</i>				
Tipo de fluxos	Saldo Inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos no exercício	Saldo Final	Saldo Inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações no exercício	Recebimentos no exercício	Saldo Final
1	2	3	4	5	6=(2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)
Transferências					0,00					0,00 €
Subsídios					0,00					0,00 €
Empréstimos					0,00					0,00 €
Relações comerciais	134,00	3.142,50			3.276,50					0,00 €
Participações do capital em numerário					0,00					0,00 €
Participações do capital em espécie					0,00					0,00 €
Outros	14.775,92	15.810,93		22.146,77	8.440,08	324.087,27	776.667,68	0,00	517.209,91	583.545,04 €
Total	14.909,92	18.953,43	0,00	22.146,77	11.716,58	324.087,27	776.667,68	0,00	517.209,91	583.545,04 €

Termalitur, EM, SA / Município de SPS										
<i>Obrigações / Pagamentos</i>						<i>Direitos / Recebimentos</i>				
Tipo de fluxos	Saldo Inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos no exercício	Saldo Final	Saldo Inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações no exercício	Recebimentos no exercício	Saldo Final
1	2	3	4	5	6=(2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)
Transferências										
Subsídios										
Empréstimos										
Relações comerciais						134,00	3.142,50		0,00	3.276,50 €
Participações do capital em numerário										
Participações do capital em espécie										
Outros	324.087,27	776.667,68	0,00	129.561,31	971.193,64	14.775,92	15.810,93	0,00	22.146,77	8.440,08 €
Total	324.087,27	776.667,68	0,00	129.561,31	971.193,64	14.909,92	18.953,43	0,00	22.146,77	11.716,58 €

Nos quadros apresentados não se verifica a coincidência entre os valores dos recebimentos do exercício por parte do Município, e os correspondentes pagamentos por parte da Termalitur, uma vez que, parte dos valores recebidos pelo Município, resultaram de antecipação efetuada ao abrigo de contrato de cessão de créditos celebrado, conforme explicitado no ponto 9.1.

6. Informações relativas a compromissos

Tendo em conta que a empresa municipal Termalitur, EM, SA, não utiliza o sistema de registo de compromissos futuros nem qualquer outro que disponibilize informação semelhante, não se apresenta qualquer informação relativa aos acontecimentos desta empresa, referente ao exercício de 2015.

Apresentam-se, assim, os compromissos para exercícios futuros assumidos pelo Município de S. Pedro do Sul:

(unidade:euro)

Anos	2016	2017	2018	anos seguintes
Compromissos futuros	9.091.362,65	1.299.004,91	3.335.369,36	1.539.206,15

7. Informações relativas a políticas contabilísticas

7.1 Os critérios de valorimetria aplicados às rubricas das demonstrações financeiras, no exercício de 2015.

Apresentam-se os critérios de valorimetria utilizados:

7.1.1 No MSPS:

Balanço

Imobilizado:

As aquisições e respectivas reconciliações foram efectuadas respeitando o princípio contabilístico do custo histórico. A valorização foi efectuada com base no custo de aquisição, de produção ou de avaliação, nos termos legais, de acordo com o critério a aplicar.

Relativamente às amortizações do exercício, foram utilizados métodos e taxas distintos cuja homogeneização não foi possível pelos motivos já referidos. Assim:

- No Município de S. Pedro do Sul, as amortizações foram calculadas pelo *método das quotas constantes, por duodécimos*, em função do tempo e da forma de utilização do respectivo bem, nos termos do CIBE (Cadastro e Inventário dos Bens do Estado) aprovado pela Portaria 671/2000;

Existências:

O método de inventariação utilizado nos armazéns do Município de S. Pedro do Sul, nomeadamente, o de Economato e o Vieira da Cruz, foi o Sistema de Inventário Permanente, sendo as saídas de existências valorizadas pelo preço médio ponderado.

Dívidas de e a terceiros:

As dívidas de e a terceiros foram expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam.

Disponibilidades:

As disponibilidades de caixa e de depósitos em instituições financeiras foram valorizadas pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas, respectivamente.

Provisões:

Foram analisadas, de forma periódica, eventuais obrigações que resultam de eventos presentes e passados e que devam ser objecto de reconhecimento ou divulgação.

A subjectividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações ou a redução do activo referente a ajustamentos realizados em relação ao registado, conduziram a ajustamentos significativos, tendo por base o valor dos encargos ou perdas previstas.

7.1.2 Na Termalitur:

1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras**a) Ativos intangíveis**

Os ativos intangíveis, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de quaisquer perdas por imparidade acumuladas (*modelo de custo*). Estes ativos são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso, pelo método da linha reta, de uma forma consistente, durante um período que varia entre 3 e 5 anos, decorrente da aplicação das taxas de amortização correspondentes aos anos de vida útil.

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam por ela controláveis e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

Os dispêndios com desenvolvimento para os quais a Empresa demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e relativamente aos quais seja provável que o ativo venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizados. Os dispêndios com pesquisa e desenvolvimento que não cumpram os critérios atrás referidos são registados como gastos do período em que são incorridos.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou retirada dos ativos intangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/retirada, sendo registadas na demonstração dos resultados como “*Outros rendimentos e ganhos*” ou “*Outros gastos e perdas*”.

b) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2009 encontram-se registados ao seu custo considerado, o qual corresponde ao custo de aquisição, ou ao custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal até aquela data, deduzido das depreciações e quaisquer perdas por imparidades acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidades acumuladas.

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	10 - 50
Equipamento básico	8 – 50
Equipamento administrativo	3 – 8
Outros ativos fixos tangíveis	4 – 10

Cada parte de um item do ativo fixo tangível com um custo significativo relativamente ao custo total do item é depreciado separadamente, sendo definida a vida útil e o método de depreciação.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição/produção, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes ativos são depreciados a partir do momento que estejam prontos para a utilização.

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes ativos são registados como gastos do período em que ocorrem. Os gastos com inspeções importantes são incluídos na quantia escriturada do ativo sempre que se perspetive que este origine benefícios económicos futuros adicionais.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou da retirada dos ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/retirada, sendo registrados na demonstração dos resultados como “*Outros rendimentos e gastos*” ou “*Outros ganhos e perdas*”.

c) Locações

A classificação das locações como financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma dos contratos. Os contratos de locação, em que a Empresa age como locatário, são classificados como locações financeiras se, através deles, forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, e como locações operacionais, se tal não acontecer.

Nas locações financeiras, o valor dos bens é registrado no balanço como ativo, a correspondente responsabilidade é registrada no passivo, na rubrica “*Financiamentos obtidos*”, e os juros incluídos no valor dos pagamentos mínimos e a depreciação do ativo são registrados como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, os pagamentos mínimos são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados, numa base linear, durante o período de contrato da locação.

d) Inventários

As mercadorias encontram-se valorizadas pelo custo ou valor realizável líquido, no caso de este ser inferior (utilizando-se o custo médio como fórmula de custeio). A reversão de perdas por imparidades reconhecidas em períodos anteriores é registrada quando existem indícios de que as perdas de imparidade já não se justificam ou diminuíram, sendo expressa na demonstração dos resultados como “*Imparidade de inventários (perdas/reversões)*”. Contudo, a reversão só é efetuada até ao limite da quantia das perdas por imparidade acumuladas antes reconhecidas.

Os gastos relativos aos inventários vendidos são registrados no mesmo período de reporte em que o crédito é reconhecido.

A Empresa utiliza o regime de inventário permanente, de acordo com o dispositivo no n.º 1 do artigo 12º do Decreto-Lei nº 158 / 2009, de 13 de julho.

e) Custos de empréstimos obtidos

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime do acréscimo.

f) Instrumentos financeiros

i. Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são registradas ao custo e representadas no balanço, deduzidas de eventuais perdas por imparidades, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registradas na sequência de eventos ocorridos que indiquem objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a Empresa tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como a informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos. No caso de disponibilidade de informação judicial que comprove a existência de ameaças à continuidade das operações do devedor ou à capacidade de satisfazer os seus compromissos ou ainda, a partir do momento em que a Empresa tenha em curso ação judicial com vista à cobrança dos seus créditos, são reconhecidas perdas por imparidade correspondentes à totalidade do crédito, deduzido eventualmente, do valor do imposto sobre o valor acrescentado a recuperar e do montante coberto por seguro de crédito, se existir.

As perdas por imparidade são ajustadas em função da evolução das contas correntes, designadamente no que respeita ao detalhe das operações que a integram, sendo que os reforços são reconhecidos como gastos do período, as reversões, decorrentes da cessação total ao parcial do risco, nos rendimentos e as utilizações, para cobertura de perda efetiva do crédito, deduzidas diretamente nas contas correntes.

ii. Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo ao custo, deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a mais ou menos de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os gastos de juros e outros incorridos com empréstimos são calculados de acordo com a taxa de juro nominal e contabilizadas na demonstração dos resultados do período de acordo com o regime do acréscimo.

iii. Dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros são registradas ao valor nominal. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

iv. Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros depósitos bancários que sejam mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos no ativo corrente; caso contrário, e ainda quando existirem limitações à sua disponibilidade ou movimentação, são reconhecidos no ativo não corrente.

g) Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

As provisões são revistas na data do balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

h) Regime de acréscimo

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do *acrécimo*. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas “*Outras contas a receber e a pagar*” ou “*Diferimentos*”.

i) Rédito

O rédito relativo a vendas, prestações de serviços, juros, royalties e dividendos, decorrentes da atividade ordinária da Empresa, é reconhecido pelo seu justo valor, entendendo-se como tal o que é livremente fixado entre as partes contratantes numa base de independência, sendo que, relativamente às vendas e prestações de serviços, o justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui quaisquer impostos liquidados nas faturas.

j) Subsídios do Governo

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com justo valor quando existe uma garantia razoável de que irão ser recebidos e que a Empresa cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios relacionados com rendimentos (no âmbito de programas de formação profissional), são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica “*Subsídios à exploração*”

da demonstração dos resultados do período em que os programas/contratos são realizados, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se tornem recebíveis num período posterior, onde serão rendimentos desse período.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados. No caso de o subsídio estar relacionado com os ativos não depreciables e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos capitais próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

k) Imposto sobre o rendimento do período

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos como gastos dos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras encontram-se corrigidos pelo efeito de contabilização dos impostos diferidos, caso existam diferenças temporárias tributáveis e/ou dedutíveis.

As declarações de rendimentos para efeitos fiscais são passíveis de revisão e correção pela Autoridade Tributária e Aduaneira durante um período de quatro anos, pelo que as declarações relativas aos períodos de 2012 a 2015 poderão vir ainda a ser corrigidas, não sendo expectável, no entanto, que das eventuais correções venha a decorrer um efeito significativo nas presentes demonstrações financeiras.

O prazo antes referido poderá ser prolongado ou suspenso desde que tenham sido obtidos benefícios fiscais, que estejam em cursos inspeções, reclamações ou impugnações, ou que tenha havido prejuízos fiscais, situação em que, durante um período de seis anos após a sua ocorrência, relativamente aos períodos anteriores a 2010, de quatro anos nos períodos de 2010 e 2011, de cinco anos para os períodos de 2012 e 2013, e doze anos para os períodos posteriores, sendo possível a sua dedução aos lucros tributáveis que venham a ser gerados.

Nos termos do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas “CIRC”, a matéria coletável decorrente dos lucros fiscais apurados deduzidos de eventuais reportes de prejuízos, encontra-se sujeita a tributação, na generalidade, a uma taxa 21%, acrescida de 1,5% a título de derrama. Adicionalmente, nas situações previstas no artigo 88º do CIRC, há ainda lugar a uma tributação autónoma, a taxas que variam entre 10% e 35%, que incidem, exclusivamente, sobre os encargos aí previstos.

Os impostos que não se encontrem pagos, quer relativos ao período corrente quer a anteriores, são reconhecidos no passivo pelo valor que se estima vir a pagar, com base nas taxas e nas

normas fiscais aplicáveis à data do balanço. No entanto, se os montantes já pagos relativos a esses períodos excederem os valores devidos, são reconhecidos no ativo na medida do excesso.

O efeito fiscal decorrente de transações ou de quaisquer outras operações cujos reflexos se encontram traduzidos nos resultados do período é também reconhecido nos resultados do mesmo período, sendo expresso na demonstração dos resultados na rubrica “Imposto sobre o rendimento do período”. No entanto, se esses reflexos se produzirem diretamente nos capitais próprios, o efeito fiscal é também reconhecido nos capitais próprios, por dedução ou acréscimo à rubrica que esteve na sua origem.

O imposto corrente é ainda condicionado pelos ajustamentos, positivos ou negativos, que tiverem de ser reconhecidos no período, relativos a impostos correntes de períodos anteriores.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporários entre os montantes dos ativos e dos passivos para efeitos de registo contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultantes de benefícios fiscais obtidos e de diferenças temporárias entre o resultado fiscal e contabilístico. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e periodicamente avaliados, utilizando-se as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributáveis, com exceção do goodwill não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem, quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e das diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, em empreendimentos conjuntos e associados, na medida em que não seja provável que se revertam no futuro.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos quando for provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais. Anualmente é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa atual de recuperação futura.

1) Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, diuturnidades, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, abonos para falhas e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão

de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas e, ainda, eventuais participações nos lucros e gratificações, desde que o seu pagamento venha a decorrer dentro dos 12 meses subsequentes ao encerramento do período.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido. Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da Empresa, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

m) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço (“*acontecimentos que dão lugar a ajustamentos*”) são refletidos nas demonstrações financeiras da Empresa. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (“*acontecimentos que dão lugar a ajustamentos*”), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

2. Outras políticas contabilísticas revelantes

a) Resultado por ação

Os resultados por ação são calculados dividindo o lucro individual atribuível aos Acionistas da Empresa pelo número ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período, excluindo o número de ações próprias detidas. Os dividendos preferenciais são deduzidos ao resultado líquido do período.

b) Fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Empresa classifica na rubrica “*Caixa e seus equivalentes*” os montantes de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros instrumentos financeiros com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de

clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e da venda de ativos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos e contratos de locação financeira.

3. Juízos de valor que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras:

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF, o Conselho de Administração da Empresa utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relacionadas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras individuais dos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 incluem:

- Vidas úteis dos ativos tangíveis;
- Previsão para férias e subsídio de férias;
- Provisões para processos judiciais em curso;

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a estas estimativas que venham a ocorrer posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospetiva.

a. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

b. Principais fontes de incerteza

As estimativas de valores futuros que se justificaram reconhecer nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da Empresa no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face acontecimentos passados e a situações equivalentes de outras Empresas do setor, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

8 - Informações relativas a diversas rubricas

8.1 – Descrição das rubricas «despesas de instalação» e «despesas de investigação e de desenvolvimento»

Os valores das despesas de instalação e de investigação e de desenvolvimento, bem como os valores registados em propriedade industrial e outros (que congrega a rubrica de projectos de investimento), registadas nas respectivas contas do activo do balanço consolidado dizem respeito a gastos da empresa municipal Termalitur, EM, SA, relacionados com a realização de projectos de investimento no âmbito da candidatura aos projectos SIME e NITEC.

8.2 - Movimentos ocorridos nas rubricas do activo imobilizado, constantes do balanço consolidado e nas respectivas amortizações, ajustamentos e provisões.

Activo Bruto:

(unidade: euro)

Rubricas	Município de SPS + Termalitur EEM + WRC + Município							Saldo Final
	Saldo Inicial	Reavaliação/Ajustam.	Aumentos	Alienações	Sinistros	Abates	Transferências	
De Bens de domínio público								
Terrenos e recursos naturais	18.802,00							18.802,00
Edifícios								
Outras construções e infra-estruturas	55.620.829,69	0,00			0,00		810.910,36	56.431.740,05
Bens do património histórico, artístico e cultural								
Outros bens de domínio público								
Imobilizações em curso	3.346.085,98	-4.569,25	1.128.967,97				-778.746,01	3.691.738,69

Adiantamentos por conta de bens de domínio público								
	58.985.717,67	-4.569,25	1.128.967,97	0,00	0,00	0,00	32.164,35	60.142.280,74
De Imobilizações incorpóreas								
Despesas de instalação	6.564,01		0,00	0,00			0,00	6.564,01
Despesas de investigação e desenvolvimento	60.822,08		0,00	0,00			0,00	60.822,08
Propriedade industrial e outros direitos	627,30		0,00	0,00			0,00	627,30
Imobilizações em curso	0,00		0,00	0,00			0,00	0,00
Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00		0,00	0,00			0,00	0,00
Projectos de Investimento	479.462,41		206.166,57	0,00			0,00	685.628,98
Programas de Computador	13.840,36							17.882,65
	561.316,16	0,00	210.208,86	0,00	0,00	0,00	0,00	771.525,02
De Imobilizações Corpóreas								
Terrenos e recursos naturais	2.905.151,46	417.908,24	17.500,00	0,00			111.367,99	3.451.927,69
Edifícios e outras construções	29.308.135,59	206.825,16	72.911,28	26.455,33			110.669,44	29.672.086,14
Equipamento básico	4.473.457,02	0,00	22.703,39	25.413,38			-9.849,80	4.460.897,23
Equipamento de transporte	2.447.171,75	0,00	155.265,82	158.990,77			0,00	2.443.446,80
Ferramentas e utensílios	1.182.048,21	0,00	41.716,57	105,75			-28.374,95	1.195.284,08
Equipamento administrativo	2.652.402,40	279,82	53.668,94	2.484,95			-107.368,30	2.596.497,91
Taras e vasilhame		0,00	0,00	0,00			0,00	0,00
Outras imobilizações corpóreas	1.747.695,33	0,00	34.454,16	0,00			1.969,70	1.784.119,19
Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	1.264.274,76	-93.637,94	241.206,62	0,00			-407.765,75	1.004.077,69
	45.980.336,52	531.375,28	639.426,78	213.450,18	0,00	0,00	-329.351,67	46.608.336,73
De Investimentos Financeiros								
Partes de capital	10.485,01	-2.770,61	0,00	0,00			0,00	7.714,40
Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00	715.617,20	0,00			0,00	715.617,20
Investimentos em imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00
Outras aplic. financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00

Depósitos em instituições financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00
Títulos de dívida pública	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00
Outros títulos	8.514,68	0,00	971,98	0,00			0,00	9.486,66
Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00
	18.999,69	-2.770,61	716.589,18	0,00	0,00	0,00	0,00	732.818,26

Amortizações e Provisões:

(unidade: euro)

Rubricas	Município de SPS + Termalístur EEM			
	Saldo inicial	Reforço	Regularizações	Saldo final
De Bens de domínio público				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios				
Outras construções e infra-estruturas	28.834.594,50	2.647.012,07	-29.152,13	31.510.758,70
Bens do património histórico, artístico e cultural				
Outros bens de domínio público				
	28.834.594,50	2.647.012,07	-29.152,13	31.510.758,70
De Imobilizações incorpóreas				
Despesas de instalação	6.564,01			6.564,01
Despesas de investigação e desenvolvimento	60.822,08			60.822,08
Propriedade industrial e outros direitos	548.805,03	68.715,32		617.520,35
Programas de computador	3.844,16	5.960,28		9.804,44
	620.035,28	74.675,60	0,00	694.710,88
De Imobilizações Corpóreas				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções				
Edifícios	4.114.861,00	454.454,09	-48.358,75	4.617.673,84
Outras construções	617.625,67	67.682,04	0,00	685.307,71
Equipamento básico	2.924.815,52	230.573,73	-3.612,04	3.130.923,55
Equipamento de transporte	2.286.303,72	50.740,55	157.520,71	2.179.523,56
Ferramentas e utensílios	1.020.483,90	48.354,02	28.364,67	1.040.473,25
Equipamento administrativo	2.122.690,70	194.873,59	101.917,12	2.215.611,45
Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras imobilizações corpóreas	1.106.588,65	46.708,41	3.438,37	1.149.858,69
	14.193.369,16	1.093.386,43	239.270,08	15.019.372,05
De Investimentos em imóveis				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções:				
Edifícios				
Outras construções				
	0,00	0,00	0,00	0,00

De Investimentos Financeiros				
Partes de capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras aplicações financeiras:	0,00	0,00	0,00	0,00
Depósitos em instituições financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Títulos de dívida pública	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros títulos	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00

8.3 – Montante das dívidas a terceiros cobertas por garantias reais prestadas, com indicação da natureza e norma habilitante.

- Existe uma hipoteca sobre o prédio urbano denominado “*Edifício Termal, Balneário*” a favor da Caixa Geral de Depósitos, S.A. como garantia do empréstimo feito à mesma no valor de 13.750.000€, em Março de 2008 (valor em dívida a 31/12/2015 =10.173.689,91€);
- Existe uma hipoteca sobre o prédio urbano denominado “*Silo Auto*” a favor da Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, CRL como garantia do empréstimo de conta corrente feito à mesma no valor de 700.000€, em Dezembro de 2012 (valor em dívida a 31/12/2015 = 285.000,00€).

8.4 - Indicação global relativamente às entidades incluídas no perímetro de consolidação das remunerações atribuídas aos membros de cada um dos órgãos executivos e de fiscalização pelo desempenho das respectivas funções

Remunerações dos membros dos órgãos executivos:

Câmara Municipal*	0,00€
Conselho de Administração	31.143.32€

* Remuneração Líquida constante no mapa "Relação Nominal dos Responsáveis"

O Fiscal Único da Termalitur - Termas de S. Pedro do Sul, E.M., S.A apresentou a seguinte remuneração / prestação de serviços - 500€/mês + à taxa normal.

O Fiscal Único do Município de São Pedro do Sul apresentou a seguinte remuneração / prestação de serviços: 650,00€/mês + IVA à taxa normal.

8.5 Demonstração consolidada dos resultados financeiros

Código das Contas	Custos e Perdas	2015	2014	Código das Contas	Custos e Perdas	2015	2014
681	Juros suportados	287.068,57	376.275,01	781	Juros obtidos	16,84	448,43
682	Perdas em entidades participadas	0,00	0,00	782	Ganhos em entidades participadas	0,00	0,00
683	Amortizações de investimentos em imóveis	0,00	0,00	783	Rendimentos de imóveis	0,00	0,00
684	Provisões para aplicações financeiras	494,10	59,38	784	Rendimentos de participações de capital	0,00	0,00
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00	785	Diferenças de câmbio favoráveis	0,00	0,00
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00	786	Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
688	Outros custos e perdas financeiros	30.002,72	17.377,30	787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00
				788	Outros proveitos e ganhos financeiros	-8,82	0,00
	Totais	317.565,39	393.711,69		Totais	8,02	448,43
	Resultados Financeiros:	317.557,37	393.263,26				

8.6 - Demonstração consolidada dos resultados extraordinários

Código das Contas	Custos e Perdas	2015	Código das Contas	Custos e Perdas	2015
691	Transferências de capital concedidas	63.144,23	791	Restituições de impostos	0,00
692	Dívidas incobráveis	0,00	792	Recuperação de dívidas	0,00
693	Perdas em existências	3.496,49	793	Ganhos em existências	1.839,55

694	Perdas em imobilizações	179.236,25	794	Ganhos em imobilizações	80.407,59
695	Multas e Penalidades	56.842,07	795	Benefícios de penalidades contratuais	32.153,84
696	Aumentos de amortizações e de provisões	0,00	796	Reduções de amortizações e de provisões	16.458,88
697	Correções relativas a exercícios anteriores	74.190,73	797	Correções relativas a exercícios anteriores	369.073,96
698	Outros custos e perdas extraordinárias	109.217,39	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	670.009,98
	Totais	484.377,66	Totais		1.159.778,03
	Resultados Extraordinários:	675.400,37			

8.7 - Explicitação dos movimentos das contas de Provisões

No Município de São Pedro do Sul:

A provisão, evidenciada na conta 292 – *Provisões para riscos e encargos*, de 109.816,35€, resulta de Processos Judiciais contra o Município de S. Pedro do Sul cujo desfecho é incerto.

A provisão, evidenciada na conta 396 – *Provisões para existências*, de 1.111,38€ resulta de risco ao nível das existências em armazém.

Na empresa municipal, Termalistur - Termas de S. Pedro do Sul, E.M., S.A:

Em 31 de Dezembro de 2015 o saldo da rubrica de provisões é de 0,00€.

8.8 - Indicação dos bens utilizados no regime de locação financeira

O Município de São Pedro do Sul, no ano 2015 não registou operações de locação financeira.

A empresa Termalistur - Termas de S. Pedro do Sul, E.M., S.A, tem desde o ano 2006 uma locação financeira (prazo de reembolso 15 anos) o qual tem por objecto o prédio urbano – Termas Lote 1, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 846 da freguesia de Várzea (piscinas dos Gerós) – Valor em dívida à data de 31/12/2015 é de 227.700,08€, dos quais 203.365,12€ é de MLP e 24.334,96€ é de CP.

9. Informações diversas

9.1 – Cessão de Créditos associados a contrapartidas financeiras da Termalístur

O Município de S. Pedro do Sul celebrou com o Banco Comercial Português, a 11 de Dezembro de 2015, contrato de cessão pontual de créditos com recurso, através do qual transmitiu à referida instituição financeira os créditos vencidos relativos a contrapartidas financeiras da Termalístur, no valor total de 387.648,60 euros. Ao abrigo deste contrato, a instituição cessionária adiantou ao município o montante total das contrapartidas financeiras cedidas, cabendo-lhe proceder à cobrança destes valores junto do devedor ao longo do ano de 2016, nas datas convencionadas para o efeito.

Relação de créditos cedidos:

Factura n.º	Data de emissão	Valor
002/4830	03/09/2014	64.694,36 €
002/5612	01/10/2014	64.694,36 €
002/7166	06/11/2014	64.694,36 €
002/7978	01/12/2014	64.694,36 €
002/821	19/01/2015	64.435,58 €
002/1121	02/02/2015	64.435,58 €

9.2 - Mapa de Fluxos de Caixa Consolidado de Operações Orçamentais

O mapa de Fluxos de Caixa Consolidado procura evidenciar as importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos com relevância orçamental, ocorridos no exercício. Atendendo a que a entidade consolidada não dispõe de sistema contabilístico de base orçamental nem utiliza o classificador económico das receitas e despesas, o apuramento dos montantes por natureza económica não reflete, com total rigor, a discriminação dos montantes por natureza corrente e de capital, de acordo com o que dispõe o POCAL e o Decreto-Lei n.º 26/2002. Por forma a evidenciar o melhor possível a natureza de todos os fluxos financeiros, optou-se, na elaboração do mapa referido, por agrupar os movimentos das entidades consolidadas de acordo com a aproximação da sua natureza, objetivo e função na estrutura, agregando os montantes de natureza corrente com os resultantes de atividades operacionais, assim como, os montantes de capital com os relativos a atividades de investimento e financiamento, de acordo com a sua classificação nas demonstrações individuais do Município e da Termalístur, respetivamente.